

Empresários vão à luta em plenário

ARLETE SALVADOR

Mesmo sem data definida para o início dos trabalhos do plenário da Constituinte, a Frente Nacional pela Livre Iniciativa, que reúne entidades de todos os setores empresariais, já tem pronto um plano a nível nacional para convencer os parlamentares a incluir suas propostas no texto final da Constituição — são 14 pontos referentes ao capítulo Da Ordem Social. "Desta vez, não ficaremos de braços cruzados vendo a carruagem passar", avisa Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 1º vice-presidente da Fiesp e coordenador da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Constituinte.

Esse plano, que deve ser posto em prática dentro de 15 dias, prevê desde o tradicional corpo-a-corpo com os constituintes até a distribuição de kits de publicidade, com outdoors, fitas-cassete para emissoras de rádio e comerciais de televisão. "Nossa campanha vai se concentrar em Brasília, mas pretendemos também chegar às bases eleitorais dos 559 constituintes", adianta Moreira Ferreira — segundo ele, a entidade tem a ficha completa dos parlamentares. Todo esse material de propaganda vai ser distribuído pelos estados: outdoors nas ruas, fitas para rádios locais, matérias em jornais. "Os constituintes vão ser bombardeados, onde quer que estejam", prevê.

As entidades do empresariado vinham atuando de forma isolada em Brasília, comenta Moreira Ferreira, e foram "atropeladas pelos fatos", principalmente pelas votações na Comissão de Sistematização, que desagradaram ao setor. "Resolvemos juntar as forças", resume. Os recursos financeiros para a campanha publicitária, por exemplo, vêm de todas as entidades, inclusive dos leilões degado patrocinados pela UDR. "Lobby não é pecado", garante Moreira Ferreira.

Além da campanha publicitária, a Frente Nacional pela Livre Iniciativa está preparando-se para um verdadeiro corpo-a-corpo com os parlamentares. Há um grupo de aproximadamente 50 pessoas em Brasília, encarregado de municiar os constituintes de documentos, papéis, levantamentos de dados e até sugestões de emendas ao projeto aprovado na Sistematização. "É o que chamamos de apoio logístico", define. Ao mesmo tempo, a entidade está montando um quadro de acompanhamento dos parlamentares, em que cada setor ficará "responsável" pelos deputados e senadores mais ligados às suas atividades.

"Vamos falar com os 559 constituintes. Estamos nos dividindo em grupos, com a função de fazer contatos, argumentar com o parlamentar e, principalmente, convencê-lo a estar em plenário para as votações", explica Moreira Ferreira. Esse esquema, aliás, já foi utilizado na caça às

assinaturas para o projeto de resolução apresentado pelo Centrão. Representantes do empresariado tiveram de contornar desavenças regionais entre parlamentares, tirá-los da cama em plena madrugada para conseguir o número suficiente de assinaturas.

Moreira Ferreira admite que as disputas em plenário serão ferrenhas e que a Frente Nacional está disposta a utilizar todas as armas possíveis. Ele acredita que, de uma forma geral, o empresariado despertou para o processo político nacional. Tanto que já está sendo montado um grupo de trabalho para acompanhar as decisões deixadas para a legislação ordinária. "Também teremos cada vez mais companheiros nossos participando das eleições", prevê.

ESQUERDA UNIDA

A Frente Nacional pela Livre Iniciativa não é a única a estar preparada para a guerra em plenário. Entidades como CUT, CNBB, CPT, sindicatos de trabalhadores, movimentos populares, partidos políticos de esquerda e o MUP do PMDB também resolveram juntar forças e criar a Frente Nacional das Entidades Democráticas. Esse grupo pretende manter no texto constitucional justamente aquilo que a Frente Nacional quer modificar.

Na terça-feira, representantes dessas entidades estarão reunidos em Brasília para discutir os pontos principais de um manifesto à Nação a ser divulgado no dia 3 de dezembro

durante uma grande manifestação da plenária. Sem recursos financeiros, a plenária pretende fazer pressão popular sobre os constituintes, levando para Brasília o maior número possível de pessoas. "Queremos fazer valer a vontade do povo na Constituição", explica o secretário-geral da CUT nacional, Avelino Ganzer.

Segundo ele, a população já mostrou o que quer com os projetos de emendas populares. "Se eles não forem incluídos, teremos uma Constituição que atende apenas aos interesses dos grandes grupos financeiros", acredita. A preocupação da plenária, revela, não é apenas garantir os avanços sociais já aprovados pela Sistematização, mas evitar retrocessos. Para isso, a plenária também está preparada para o corpo-a-corpo com os constituintes.

A CUT, por exemplo, vai fazer uma divulgação maciça em todos os estados dos nomes dos constituintes que assinaram o projeto do 'Centrão'. "Vamos mostrar quem são eles, o que pretendem e que estão contra o povo", garante Avelino. As demais entidades, nos seus respectivos setores de atuação, farão o mesmo. Para Avelino, a proposta é fazer uma campanha realmente educativa e de esclarecimento à população. A plenária do dia 3, também em Brasília, estarão presentes representantes de todas as entidades, além de artistas e personalidades políticas do País. "É uma luta unitária em favor dos direitos dos trabalhadores na Constituição", insiste Avelino.



Sidney Corrallo 18/3/78

"Não ficaremos de braços cruzados", avisa Ferreira

Propostas da Livre Iniciativa

Estes são os 14 pontos que a Frente Nacional pela Livre Iniciativa quer modificar em plenário:

- 1) — Proteção ao contrato de trabalho, mediante indenização no caso de despedida imotivada; apoiar emenda que fixe o princípio da indenização;
- 2) — Jornada de trabalho: remeter às negociações e convenções coletivas a questão da duração da jornada de trabalho;
- 3) — Remuneração de horas extras: apoiar emenda que não defina na própria Constituição o percentual da remuneração, mas apenas estabeleça o princípio de pagamento maior;
- 4) — Licença à gestante: escolher emenda que garanta o direito à escolha remunerada, sem referência à duração da mesma;
- 5) — Aviso prévio e indenização: apoiar emenda que estabeleça somente estes dois preceitos, sem quaisquer qualificações;
- 6) — Participação nas vantagens e adiantamentos: apoiar emenda que estabeleça a automatização: suprimir;
- 7) — Seguro contra acidentes do trabalho: apoiar emenda que suprima a parte final do texto que estabelece o pagamento de indenização pelo empre-

- 8) — Prescrição: suprimir por não se tratar de matéria constitucional. Além disso, geraria ônus muito grande a todas as empresas, bem como grande insegurança e incerteza jurídicas face ao período de duração dos contratos de trabalho muito longos;
- 9) — Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso: suprimir;
- 10) — Suprimir a tipificação como crime de retenção da remuneração do trabalho já realizado;
- 11) — Intermediação de mão-de-obra permanente: suprimir completamente a proibição, remetendo a matéria à lei ordinária;
- 12) — Suprimir dispositivo que cria duas categorias de empregados (empregados em mais e menos de dez empregados) em face do princípio da isonomia (todos são iguais perante a lei);
- 13) — Greve: apoiar emenda que preveja genericamente casos em que greve não será permitida e a regulamentar;
- 14) — Obrigatoriedade de manutenção de empregados com mais de 45 anos de idade em número equivalente a 10% dos quadros de pessoal: suprimir.

Constituintes exigem maior participação

ANTÔNIO ARRAS

Os próximos passos da Assembleia Nacional Constituinte dependem, agora, da decisão que o plenário tomar na terça-feira (ou, no máximo, até quarta) sobre o projeto do Centrão, visando a alterar a sistemática de votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral, tal como foi aprovado pela Comissão de Sistematização nos seus 55 dias de votações.

Se a alteração regimental for aprovada, e considerando o que até agora está acertado, cada constituinte terá direito a apresentar até três emendas e seis destaques, o que daria um total de 1.677 emendas e 3.354 destaques. Ocorre que mesmo antes da aprovação ou rejeição do regimento interno alternativo, os constituintes reivindicam maior número de possibilidades tanto para emendas como para destaques.

O cronograma de trabalho da Constituinte está atrelado ao que for definido terça ou quarta-feira e só será acionado um dia depois que o plenário da Constituinte tomar uma

decisão por voto da maioria absoluta dos 559 constituintes. Se não houver acordos prévios, os trabalhos da Assembleia serão mais uma vez atrasados.

Apesar do que ocorreu na Comissão de Sistematização, limitada a 93 parlamentares e mais 56 suplentes, as votações no plenário da Assembleia Nacional Constituinte terão caráter decisivo — não serão passíveis de posteriores alterações. Depois dessa fase de votação em primeiro turno, a votação em segundo turno será global e até a promulgação somente serão permitidas emendas de redação, visando a aperfeiçoar o texto votado pela primeira vez no plenário. Prevê-se, portanto, um debate mais acirrado no plenário do que ocorreu na Comissão de Sistematização, onde os acordos adiaram algumas decisões, porque poderiam ser revistas em plenário.

Em confronto com a intenção do Centrão, de alterar muitos dos dispositivos acatados pela Comissão de Sistematização, prevê-se uma forte obstrução por parte das minorias, formadas por pequenos partidos

que se opõem às alterações do regimento interno proposto no projeto de decisão dos centristas.

Uma pequena mostra do que vai ocorrer entre terça e quarta-feira está na disposição do deputado José Genóio (PT-SP), um dos conhecedores do regimento interno da Constituinte: ele antecipou que a aprovação do projeto de decisão alterando o regimento sofrerá uma pressão obstaculista dos partidos minoritários de oposição. "Se eles quiserem aprovar o projeto serão obrigados a colocar quórum suficiente em plenário."

Esse quórum, que o próprio projeto de regimento interno pretende alterar, é de 280 constituintes para aprovação de uma matéria. O Centrão quer, por exemplo, que para ser mantido o sistema de governo parlamentarista e os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney os interessados juntem 280 votos.

Pelo regimento atual, os 280 votos são exigidos apenas para a aprovação de alterações (emendas, através de destaques) ao texto, tal como foi aprovado até o início da semana

passada pela Comissão de Sistematização.

Como tudo depende do possível novo regimento interno, em princípio as sessões plenárias da Constituinte, a serem realizadas no plenário da Câmara dos Deputados (no caso do caso da Comissão de Sistematização), seguirão os mesmos horários que vinham sendo cumpridos pela Sistematização: das 9 às 13 horas e das 15 às 20h30, com a possibilidade de serem convocadas sessões extraordinárias.

Principalmente depois dos problemas de saúde que teve, o presidente da Constituinte (e da Câmara e do PMDB), Ulysses Guimarães, dividindo o comando das sessões com os demais membros da Mesa da Constituinte: senador Mauro Benevides (PMDB-CE), primeiro vice-presidente; deputado Jorge Arbage (PDS-PA), segundo vice-presidente; deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), primeiro secretário; senador Mário Maia (PDT-AC), segundo secretário; e deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), terceiro secretário.

Brasília/Agência Estado

E o Centrão quer texto realista

JOSÉ FONSECA FILHO

O Centrão, formado basicamente por dissidentes do PMDB e do PFL, vai apresentar esta semana proposta alterando cerca de 25 itens do anteprojeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, através de emenda com 280 assinaturas. O objetivo do grupo é tornar a futura Carta menos estatizante em seus artigos gerais, conciliar os objetivos de justiça social com a sobrevivência da iniciativa privada e adequar o texto à realidade do País, excluindo as proposições de difícil consecução na prática.

Mais de 300 propostas dos integrantes do Centrão estão sendo selecionadas e compatibilizadas por um grupo do qual fazem parte os deputados José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), devendo atingir principalmente pontos dos capítulos da ordem econômica, ordem social e direitos individuais. Os parlamentares querem restabelecer o princípio da estabilidade no emprego nos termos do primeiro substitutivo de Cabral, transferindo a questão da demissão imotivada para a legislação ordinária. Nenhuma emenda tratará do sistema de governo e do mandato presidencial.

Várias modificações serão mais com relação à forma, esclarece José Lins, acrescentando que os pontos a serem alterados ainda dependerão

de aprovação prévia do grupo, o que acontecerá a partir de amanhã. Em relação à estabilidade no emprego, há proposta do Centrão penalizando a demissão imotivada com o pagamento em dobro do salário por cada ano de serviço. Outra questão polêmica, a da reforma agrária, é considerada praticamente resolvida pelos integrantes do grupo, com a passagem da imissão de posse para a legislação ordinária, como definido pela Comissão de Sistematização. O pagamento de hora extra em dobro terá emenda modificativa do grupo, que prefere fixar um dispositivo que assegure adicional compensador, sem estabelecê-lo numericamente, o que ficaria para a legislação ordinária.

Os integrantes do Centrão não chegaram ainda a um consenso sobre a questão da licença de gestante, mas deverá haver proposta para restabelecer os 90 dias da legislação atual, fixando ainda uma fórmula que permita à gestante desfrutar desses dias livremente, antes ou depois do parto. No texto do anteprojeto será eliminada também a expressão "remunerada", porque pode permitir a interpretação do pagamento em dobro, já que adiante o texto especifica "sem prejuízo do emprego e do salário".

No caso da aposentadoria integral, José Lins informa que bastará substituir a palavra "salário" por "proventos", que é o termo correto

para os cálculos da previdência social. O Centrão vai apresentar proposta específica para retirar do texto aprovado na Sistematização o dispositivo que garante 10% de vagas, nas empresas com mais de 50 empregados, para maiores de 45 anos. A emenda aprovada anteriormente foi de autoria do próprio José Lins, que concordou com sua retirada agora.

Com relação à empresa nacional, não está definida ainda a proposta do Centrão, mas serão retiradas algumas redundâncias, como a exigência do controle de direção e capital por brasileiros natos, mantendo-se como idéia predominante a filosofia do texto de Cabral. No conjunto de propostas em fase de seleção, há várias para a retirada da emenda do deputado Fernando Santana, que estabeleceu o monopólio estatal para a distribuição de combustíveis.

José Lins acentua a necessidade de compatibilização dos benefícios sociais com a realidade das empresas privadas, além da eliminação dos princípios estatizantes da futura Carta. Os dispositivos sobre a poupança externa, por exemplo, serão objeto de cuidadosa análise, porque a economia brasileira "não pode ser tão restrita como o texto aprovado pela Sistematização, num momento em que os países comunistas estão abrindo as portas ao capital estrangeiros".

Brasília/Agência Estado

A agenda do Brasil

GERALDO FORBES

Ultrapassada, no último domingo, a primeira etapa da luta para livrar o País das garras (dits) que o desgraciam, é preciso organizar o itinerário do restante da jornada.

Muitos, a começar pelo próprio Sarney, preferem a confusão. E nas suas sombras e dobras que se articulam e desenvolvem. Como os fungos. Nada melhor, portanto, do que ter claros os objetivos e lembrar que, outra vez, foi a pressão popular que intimidou as negociatas e (alguns) venais. Se sustentarmos o fogo, a vitória vai ser nossa. Então, fogo!

1. O sr. Sarney não tem mais nenhuma condição de ficar na Presidência, mesmo se for implantado, como é necessário, o parlamentarismo. Sua reação ansiosidade, suas vinganças esquizoides e seu choro fúnebre o provam. O País não pode suportar mais 15 meses de comando de alguém que ameaça fazer o que lhe der na telha, não a quem doer, custe o que custar. Isto, o sr. Sarney só pode fazer com as negras fúrias, lá no Fericumã. O Tesouro Nacional, entretanto, não é sua propriedade e muito menos o nosso bem-estar. Sua afirmação, chorona e tresloucada, equivale a um auto-impedimento. Que lhe deve ser aplicado.

Outro motivo para afastar de pronto este fardo inútil é sua implícita confissão de desídia, quando diz: "A partir de agora, vou governar". Sem falar no perigo. Já imaginaram, pela amostra, o que pode ocorrer se ele tentar se levar a sério?

Faz tempo que na estante da mesa presidencial a Constituição (e com ela a lei, o direito e a moral) foi substituída por um livro-caixa. O haver para ele, o dever para a Nação. Mas nem assim, apesar do que se venderam para deixá-lo no trono (e no cofre), conseguiu o seu intento: manter-se onde não foi chamado, usando o que não lhe pertence.

O de espantar é a absoluta falta de

resposta a uma simples pergunta: o que pretende o sr. Sarney obter, permanecendo na Presidência, contra a vontade do povo e do Congresso? Por quê? Para quê? Silêncio. Então, boa coisa não pode ser.

Mas, será que este homem não tem mais o mínimo patriotismo, para evitar os malefícios de sua insistência? Será que lhe falta totalmente a honrabilidade de reconhecer o veemente convite para encerrar sua malfadada desventura? Será que carece de toda e qualquer dignidade para renunciar? Será que não vê que só a renúncia pode abrandar o desprezo, quase ódio, que lhe votam os brasileiros?

2. Espantosa e revoltante também é a atitude do PMDB, que pretende segurar o cadáver na Presidência e adiar as eleições que teme lhe seriam, agora, desfavoráveis. O PMDB torna-se, assim, cúmplice do crime lesa-pátria. E, quanto mais insistir nesta postura, mais sofrerá nas urnas. O povo já não é tão bobo.

3. O parlamentarismo deve ser mantido e aprimorado no plenário. Precisamos de voto distrital e de uma melhor distribuição de cadeiras em proporção ao eleitorado. Sem estas duas providências o parlamentarismo fracassará e a democracia não prosperará.

4. Pensar em presidencialismo nesta quadra da vida nacional é cortejar o desastre. Nenhuma corrente política e nenhum líder tem sequer sombra de maioria ou, mesmo, preferência popular. Pensar que, de repente, vai surgir um salvador da Pátria, genial e maravilhoso, é uma delusão catastrófica. Não vai e, além disso, é preciso lembrar que a grave situação da economia torna o trabalho ainda mais difícil para os próximos mandatários.

Para se evitar os caudilhos e demagogos e a dança de golpes e contragolpes, o único remédio é o sistema parlamentarista, com seus mecanismos de substituição indolor do governo, na medida em que este perca a confiança e a liderança.

5. O argumento de que eleições gerais imediatas vão tumultuar o País se liquida

pela certeza de que a paralisação da agonia vai arrastá-lo ao caos. O problema de tempo é capital. Adiar a solução é aumentar a confusão. Diagnosticada a necessidade de cirurgia, potergá-la é pedir que as metástases, expelidas pelo Planelito, contemnem todo o organismo da Nação.

6. A questão de nomes é até secundária, embora seja a primeira que todos levantam para combater as eleições. Se o argumento de fraqueza dos candidatos fosse decisivo, seu corolário é a ditadura de um "iluminado". Mil vezes alguém eleito, com um claro mandato.

7. Para a Presidência, no regime parlamentarista, um bom nome é do sr. Franco Montoro, equilibrado e experiente. O sr. Ulysses Guimarães, cheio de méritos por feitos passados, desqualificou-se, no fim da carreira, ao preferir a decadência de cinco anos, pelo bem do PMDB contra o Brasil (deseja-se-lhe pronta recuperação e saúde). O País muito deve ao grande líder da resistência democrática. Agora, com todo o respeito, é hora de o sol de pór.

8. Quem deve ser o primeiro-ministro? Muito fácil: o líder da corrente política majoritária na futura Câmara. Hoje parece que os nomes mais em evidência são os do sr. Covas e do sr. Richa. Havendo, como se deve haver, eleições em março, outros se juntarão a eles — Quéricia, Ermírio e muitos outros, mais novos e melhores.

9. Para se afastar as eleições criticando os nomes: "O Covas é muito esquerdista e mau administrador". Talvez. Então, se ele for o premier e descontentar a maioria, será rejeitado e substituído. "O Richa é um provincialão, não conhece o Brasil moderno". Talvez. Então, se ele for o premier e descontentar a maioria, será rejeitado e substituído. O mesmo raciocínio vale para qualquer outro. Sem esquecer que preconceitos são pré-conceitos. Um bom exemplo é o calptra Quéricia, tão estático, inclusive por esta coluna, e que está fazendo uma administração perfeitamente razoável. E lembrem-se: a) O primeiro-ministro não tem prazo de mandato asse-

gurado. Fica enquanto agrada. b) Nem Napoleão, nem César Augusto, nem o Anjo Gabriel tem cidadania brasileira ou são candidatos. Temos de lidar com os dados de nossa realidade e não querer fugir dela é acabar na vala dos Sarneys.

10. Sumário do programa — a) Sarney fora, imediatamente. b) Eleições gerais, diretas, distritais e proporcionais em março. c) Regime parlamentarista. d) Fé, Esperança e Trabalho.

NOTAS ADICIONAIS

1. Lista negra dos deputados paulistas que votaram contra o povo e o País, pelos cinco anos: Joaquim Bevilacqua e Gastone Righi, do PTB, Fernando Gasparian e mais dois fáceis e brilhantes representantes do PMDB: Manoel Moreira e Theodoro Mendes. Que a figura grotesca do João Bafodeonça Righi se acertasse e agisse desta forma era de se prever. Que o sr. Gasparian, ex-tesoureiro da campanha das diretas, o acompanhasse é de estranheza. Uma pena e uma vergonha.

2. Foram criados mais três estados: Amapá, Roraima e Tocantins. A brindeira cria mais nove senadores e 18 deputados (24 menos os oito já existentes). Uma cadeira de senador por Roraima deve sair por dez espingardas, 24 latas de leite-moço e cinco rádios de pilha. Assim não há tату que agüente. A representação dos pequenos estados tem de ser diminuída para até dois deputados e também nos bastam dois senadores por estado. E já é muito.

3. Mais três assaltos recentes: a) A Zona de franco contrabando de Manaus fica inscrita na Constituição graças à visão de estadista do professor, de letras apagadas e diploma inexistente, Bernardo Cabral. Morra o Brasil! b) Os funcionários municipais, estaduais e federais ficam efetivados. Viva o clientelismo, morra o Brasil! c) O CMN, preocupado com a patota do Sarney, autorizou a Circular 1256, a chamada circular Matias Mendes. O povo paga as aventuras dos tubarões. Morra o Brasil!



Alencar Monteiro - 6/8/82

Bonifácio de Andrada